

- 1 JUN 1987

103

Haverá afinal uma bancada majoritária de moderados na Assembléia Constituinte? Independentemente de sua filiação partidária, deputados e senadores fiéis a princípios doutrinários que caracterizam o centro democrático poderão enfrentar com vantagem os diversos grupos de radicais de esquerda que se nivelam, por exemplo, no denominador comum do apreço à estatzização? Tal apreço há de ser entendido como cacete, em geral de fundo ideológico, que leva à ampliação do controle da sociedade pelo poder público, com ênfase no sacrifício da liberdade de empreender. A pretexto de impor uma igualdade puramente utópica, quantos odeiam o lucro e os estímulos legítimos com que ele impulsiona o progresso investem furiosamente contra a empresa privada; e, de antolhos, trabalham para substituí-la pelas onerosas e ineficientes sociedades de economia mista. Acontece que no Brasil o Estado já detém a maior parcela da economia — até mesmo do crédito. Mas as esquerdas não sabem em estender essa parcela a um tipo de domínio total, suprimindo o que resta do mercado pela economia planificada, centralizada nas mãos da burocracia cabocla.

No dia em que o poder público for o único patrão fenecerão as liberdades públicas, que são a custódia de direitos e garantias individuais com que os cidadãos escapam à

opressão do Estado e praticam o pluralismo democrático. Ora, o que se observou da atividade desenvolvida pelos relatores da grande maioria das subcomissões organizadas na Assembléia Nacional Constituinte foi o propósito de elaborar uma Lei Magna fadada a desencorajar e mesmo sufocar a iniciativa individual e a rejeitar a cooperação insubstituível do capital estrangeiro a fim de transformar o País em autarquia, divorciado do mundo, *achinesado* ou maquista, fechado a influências positivas vindas de fora para poder afirmar sua "autonomia cultural", como pleiteia a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). Parlamentares experimentados e cuja vocação democrática não pode ser posta sob suspeita revelam seu temor de que a futura Constituição estruture o Estado corporativo ou entronize o capitalismo de Estado, sabido que os extremos se tocam e que nada mais parecido com o fascismo das camisas pretas ou pardas do que o "fascismo vermelho".

Por que a suposta maioria moderada não atua e corre perigo de ser batida pelas correntes radicais? Há uma razão a explicar a desunião dessa maioria, até agora amorfa e aparentemente abúlica. As tentativas para aglutiná-la frustraram-se porque tinham por objetivo imediato beneficiar o Palácio do Planalto. A

verdade, porém, é que não será em torno de nomes ou de um nome que se agruparão os democratas sinceros, sobretudo quando as tentativas em questão se revelem bisonhas e os beneficiários ou o beneficiário delas não ajam ou não aja de modo a suscitar entusiasmo — até muito pelo contrário. O trabalho a realizar para promover a união dos centristas terá de motivá-los por intermédio de uma identidade de princípios e idéias — de ideais —, que haverão de prevalecer no texto constitucional para garantir a democracia. Só assim eles chegarão a confraternizar na frente única que os habilitará a decidir por uma Carta apta a modelar regime de liberdade alicerçado em instituições políticas estáveis e a abrir a sociedade, permitindo a ascensão de lideranças novas, exercitadas pelos melhores e mais capazes. Só assim se liberarão forças centripetas que referarão os laços de solidariedade social que se partiram não apenas por causa da inflação (mal absoluto que dissolve o caráter de um povo) como pelo péssimo exemplo de governantes e autoridades que desempenham o poder acumplicados por ação ou omissão ao conluio entre a negligência, a desonestidade e a incompetência.

Enquanto não se visar a amalgar os moderados com vistas ao prevalecimento dos ideais que justificam sua participação na vida pública em geral, e nos trabalhos da As-

sembléia Nacional Constituinte, em particular, possibilitando-lhes vitórias contra os extremados de todo gênero, o País estará à mercê das investidas de ativistas dispostos a encaixá-lo no figurino constitucional desenhado pelas neuroses ou pela alienação da realidade típicas da ideologia. É bom que as lideranças democráticas meditem, no Congresso, sobre essa constatação; e atuem de modo a remover do caminho os obstáculos que têm dificultado o entendimento entre os centristas. Pois estes, divididos, desarmados, jamais terão hora e vez. Quaisquer acordos costurados em torno de interesses pessoais, como por exemplo o que se teceu na última quinta-feira, em almoço oferecido pelo multipresidente Ulysses Guimarães, estão fadados ao malogro. É só esperar para ver. Na reunião mencionada, do dia 28, buscou-se simultaneamente desprestigiar o senador Mário Covas e ceder (a troco de quê?) à exigência do presidente da República de permanecer cinco anos na chefia do governo. Não é por essa via que a Constituinte cumprirá os elevados desígnios que estão a seu alcance. Ou a Carta de 1987 espelha a vontade coletiva e instaura a democracia sob fórmulas genéricas e concisas que serão o penhor de sua longevidade, ou valerá pouco, por tempo escasso, casuística e montada sob a exigência de satisfazer ambições de mando.